

Universidade do Estado de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento
Governo Eletrônico

O Governo Eletrônico como
política pública participativa com os
Observatórios de Segurança Pública

(Livro: Governo Eletrônico e suas Múltiplas Facetas - Artigo 14)

Professores:
Aires Rover
Denílson Sell

Acadêmicos:
José Eduardo Fiates
Marcelo Luz Scheibel
Maristela Denise Coelho

INTRODUÇÃO

- Caracterização da Adm. Pública brasileira;
- Evolução da concepção da 'coisa pública': TIC – políticas públicas – participação;
- Governo Eletrônico: concepção e conceitos;
- Governo Eletrônico e Segurança Pública: experiências no Brasil;
- Conclusão: Gestores públicos x desafios da participação social.

Modelos e Paradigmas de Adm. Pública no Brasil

Patrimonialismo e Coronelismo (até início do século XX)

- Relação servil do cidadão com o Estado;
- Ausência de critérios normativos;
- Serviço público compreendido como assistência, caridade;
- Sociedade percebida não como cidadã, mas como mera beneficiária.



Modelos e Paradigmas de Adm. Pública no Brasil

Burocracia (início dos anos de 1930)

- Normatização para promoção da igualdade – TECNOCRACIA;
- Planejamento, controle como recursos para implementação de políticas públicas NEUTRAS;
- Princípios norteadores: hierarquização, impessoalidade, meritocracia, RACIONALIDADE e EFICIÊNCIA;
- Gestor público = '*homo administratives*': cumpridor de regras;
- Dicotomia entre administração e política – preocupação com PROCESSOS/PROCEDIMENTOS;
- DISFUNÇÃO: excesso de formalismo; pouca flexibilidade e adaptação às circunstâncias; escassos controle e participação social.



Modelos e Paradigmas de Adm. Pública no Brasil

Gerencialismo (início décadas de 1980 – 1990)

- Crise do Estado na década de 1980 – ‘década perdida’;
- Necessidade de Reforma do Estado – visão pragmática dos RESULTADOS;
- Diminuição de formalidades e aumento de flexibilidade – PPP’s;
- Estado mínimo – ótica neoliberal de autorregulação do mercado;
- Cidadão = Cliente / Gestor público = Empreendedor;
- NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (publicização de serviços – iminência do Terceiro Setor);

Coprodução do Bem Público: Tecnologia + *Accountability*



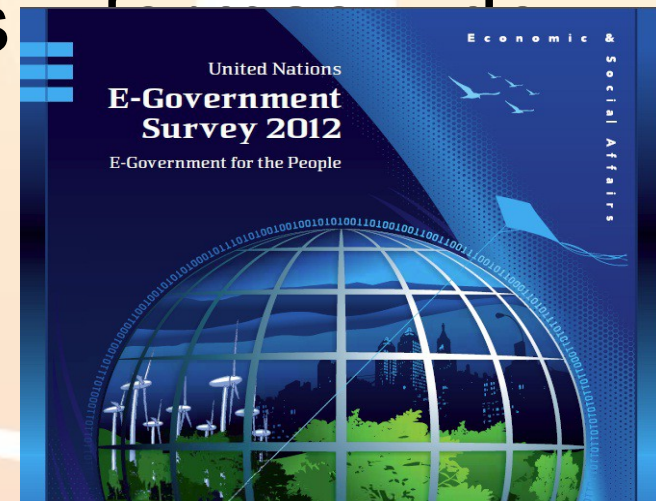
E-gov na Gestão Pública

Conceito básico e-gov:

- Tripé: Governo + empresa + sociedade;
- Função: simplificação de estruturas burocratizadas; facilitação de atividades humanas complexas;
- Consequência: respaldo para prestação de serviço eficiente e efetivo.

Componentes de E-gov

1. e-Administração
 2. e-Serviços
 3. e-Negócio
- Relatório ONU (2008): aponta evolução conceitual, mas estagnação de implementação de novas interação social no Brasil.



- Novos conceitos:
 1. e-Participação (uso de TIC's no processo de contribuição de melhorias e estímulo ao envolvimento da população)
 2. e-Cidadania (aproxima gestor e sociedade)
 3. e-Democracia (alternativa para pleitos)
- WEB 2.0: interatividade; celeridade (rompe o burocratismo); inteligência coletiva.



E-gov na Gestão Pública

- Brasil: discrepância de recursos (orçamentários, humanos, materiais) entre os níveis de governos (União –Estados – Municípios);
- Necessidade de que o governo acompanhe e insira as inovações para atender o ‘novo cidadão’;
- Investimento em Coprodução.

E-gov e a Segurança Pública

- Área de crescente e constante atenção estatal;
- Exemplo: Wikicrimes – ferramenta colaborativa;
- Importância: subsídio ao gestor público para desenvolvimento de políticas públicas que atendam as necessidades reais e locais.

Dificuldades: e-gov na Adm. Pública

- Visão de ‘modelo’ de Adm. Pública dos gestores;
- Predomínio de reduzidos canais de participação *efetiva*;
- Limitação tecnológica para suporte às atividades (discrepâncias institucionais) e como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação.

E-gov e Organização Social

- Fortalecimento de organizações não-governamentais;
- Criação de Observatórios com diversas finalidades;
- Necessidade de compreensão dos significados do termo OBSERVAR.

1. 'Estudar, olhar com atenção': análise da realidade;
2. 'Espreitar, espiar': posicionamento neutro;
3. 'Cumprir e respeitar prescrições institucionais': delimitar o foco da observação (mas não limitá-lo);
4. 'Notar, advertir alguém ou alguma instituição': caráter punitivo, coercitivo (accountability).



Observatórios em Segurança Pública

1. Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública do Território Bahia;
2. Observatório das Violências Policiais/SP;
3. Observatório de Segurança Pública da UNESP-OSP;
4. Observatório de Favelas.



OBSERVATÓRIO DAS VIOLÊNCIAS POLICIAIS • SP

OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS



Observatório de Segurança Pública

Boas Práticas no Estado de São Paulo

OBSERVATÓRIO
de SEGURANÇA PÚBLICA
da Bahia

Desafios

- Gerenciamento da multiplicidade de ferramentas e canais (sociedade do conhecimento);
- Iniciativas de interação além da estrutura governamental: como promover a 'convergência'?
- Uso de TIC's como ferramenta inevitável x precarização parcial da infraestrutura estatal.

Desafios

- “Resta saber por que o Governo não utiliza o governo eletrônico como meio de comunicação entre a sociedade e o governo para alinhar as ações de segurança pública e até mesmo subsidiar na construção das políticas de segurança pública”. (p. 340)

E-gov na Gestão Pública: contribuições

- Legado cultural brasileiro: heranças de formação da nação ('jeitinho', manutenção de *status quo*);
- Políticas Públicas como ferramentas estratégicas, porém com resultados locais ('pensar globalmente e agir localmente – Peter Drucker);
- Vontade e preparação POLÍTICA – profissionalização do gestor público com viés multi e interdisciplinar;
- Vontade e preparação SOCIAL: investimento em educação e oferta de iguais oportunidades + efetividade de participação nos espaços e canais colaborativos).





Obrigado.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

